



**QUE DEUS GARDE A VOSSA MERCÊ: AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE OS  
MINISTROS DO REI E AS AUTORIDADES LOCAIS DA CAPITANIA DO ESPÍRITO  
SANTO, 1788 A 1799.**

Thiara Bernardo Dutra

Mestranda em História – UFES

**RESUMO:** A partir das duas últimas décadas do setecentos o Espírito Santo assistiu a preparação para um tempo de mudanças que contribuiu com o seu desenvolvimento no oitocentos. Através de uma maior comunicação, o governo metropolitano concedeu aos poucos a autonomia política, administrativa e militar às autoridades governamentais da capitania capixaba. A análise da documentação, a saber, as Correspondências e Atos do Príncipe Regente, permitiram observar que as mudanças políticas da monarquia portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII, tiveram implicações nas transformações operadas na capitania do Espírito Santo que assistiram no alvorecer do século XIX o desenvolvimento, sobretudo, econômico da região tornar-se política pública.

**Palavras-chave:** Tempo de mudanças; Capitania do Espírito Santo; Monarquia portuguesa.

**ABSTRACT:** From the last two seven hundred of decades the Espírito Santo watched the preparation for one-time changes that contributed to its development on eighth hundred. Through increased communication, the metropolitan government granted gradually to political, administrative and military autonomy to government authorities of the captaincy capixaba. The analysis of the documentation, namely the Correspondence and Acts of the Prince Regent, allowed the observation that the political changes of the Portuguese monarchy, during the second half of the eighteenth century, they had implications for transformations in the captaincy of Espírito Santo who watched the dawn of the nineteenth century development, especially economic development of the region become public politics.

**Keywords:** Changes Time; Captaincy of the Espírito Santo; Portuguese monarchy.

## Introdução

As resistências escravas são mote presente na historiografia da escravidão, aqui compreendidas como fugas, revoltas, formações de quilombos, entre outros. Entretanto, não é comum inquirir a perspectiva senhorial de combate a essas ações. É possível conjecturar que o binômio dominação/exploração nas relações entre senhores e escravos, tendo a repressão como uma máxima, tenha influenciado negativamente essa vertente analítica. Ou talvez, o desinteresse dos historiadores por esse objeto se manifeste diante da própria organização social da escravidão. Em sociedades do Antigo Regime, tal como a portuguesa, os escravos eram vistos como bens domésticos a cargo do *pater familias*. Sendo assim, durante todo o período colonial a escravidão figurou dentro das questões da casa, não constituindo assunto do Estado, ainda que tivesse o respaldo das autoridades.

Acreditamos que a análise das ações dos dirigentes coloniais sobre as formas de resistência dos cativos pode contribuir para a compreensão das estratégias e das práticas senhoriais que objetivavam evitar a sublevação dos seus plantéis, assim como manter a ordem na sociedade escravista colonial. A investigação contribui na discussão dos limites impostos à ação dos escravos nesses empreendimentos. Essa proposta faz parte de uma pesquisa em andamento que tem como meta explorar o campo da ação das autoridades na sociedade colonial, cujo objetivo encontra-se em discutir as representações políticas por trás da reação do Estado às resistências escravas na Capitania do Espírito Santo, entre os anos de 1781 a 1821.

As Correspondências e Atos do Príncipe Regente, que se encontram no Livro 001 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo trata-se de um conjunto de 434 cartas avulsas enviadas entre os anos de 1770 a 1822, pelos ministros do Conselho Ultramarino ou capitães-generais e governadores da capitania da Bahia às autoridades responsáveis pelo governo da capitania. Elas continham avisos, decretos e cartas régias, ciência da recepção dos ofícios enviados pelos capitães-mores e governadores, assim como, pedidos de informação sobre requerimentos, representações e queixas feitas pela população. Este Livro encontra-se disposto em três recortes: de 1770 a 1812, abrangendo os governos de Mongeardino, Silveira e Silva Pontes, com um universo de 175 cartas; de 1813 a 1817, remontando um total de 129 cartas que correspondem ao período do governo de Francisco Alberto

Rubim; e, por sua vez, de 1818 a 1822, que abarca a transição do governo Rubim para o de Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, contendo um total de 130 correspondências.

A primeira parte do Livro 001, de 1788 a 1812, foi subdividido em três partes: de 1788 a 1799, de 1800 a 1804 e 1805 a 1812. A subdivisão proposta foi feita em conformidade com as nomeações dos governantes para cada período. A exposição dos dados preliminares coletados a partir do contato com a primeira parte do Livro 001, que abrange os anos de 1788 a 1799 é a meta da presente comunicação. A partir desse contato foi possível destacar os assuntos que estavam em pauta na agenda política local e imperial.

Maria Fernanda Bicalho, em *A cidade e o império*, chama a atenção para as possibilidades que se abrem a análise da documentação de caráter político-administrativo, trocada entre a Coroa e a colônia. Essa documentação permite perscrutar as estratégias da monarquia portuguesa na imposição da ordem, assim como sua contrapartida, a negociação e a resistência dos colonos em relação à ordem imposta. Uma vez que “os mecanismos estruturantes da política colonial podem ser percebidos através da dinâmica social e administrativa que se foi tecendo e impondo à cidade e seus habitantes” (BICALHO, 2003, p. 18).

Por se tratar de uma pesquisa em curso, a argumentação se baseará em alguns aspectos preliminares, não obstante elucidativos sobre a ação das autoridades responsáveis pelo governo da capitania do Espírito Santo. Trata-se de um período de reestruturação política e econômica da capitania, em que o avivamento econômico da região tornou-se política pública, tendo o respaldo do Império português que conferiu maior interesse aos seus domínios coloniais.

### **Novos atores no espaço colonial**

A história colonial do Brasil vem apresentando avanços em seu campo de estudo. A renovação historiográfica iniciada em finais da década de 1960 confere imagem inovada sobre o passado colonial. Os estudos vêm buscando conciliar o diálogo entre as grandes sínteses da historiografia tradicional, partindo do aprofundamento de suas linhas de investigação, e os novos objetos de pesquisa. Os historiadores direcionaram seu olhar para as dimensões social, cultural e político-institucional,

concentrando atenção “às atitudes e ideias” (SCHWARTZ, 1999, p. 129) que se conformavam por entre as estruturas. Com isso, novos atores surgiram no cenário colonial e, ao lado da aristocracia rural, foi possível perceber a presença de homens livres, pequenos proprietários, africanos, indígenas e comerciantes, enfim, a complexidade desse universo social.

Tal processo de renovação também permitiu detectar zonas de autonomia dos poderes locais, elemento que colocou em discussão a noção de centralização política portuguesa. Diante disso foi possível reavaliar o que se denominou de “antigo sistema colonial português”. A nova abordagem colocou em revisão o Estado português do Antigo Regime e a centralização político-administrativa deu lugar à concepção corporativa de sociedade (HESPANHA, 2001). Conceituação sob a qual, a sociedade portuguesa e seus domínios coloniais funcionariam tal como um corpo. Ao rei, como cabeça desse corpo, caberia manter o equilíbrio entre as partes que o constitui, primando pela manutenção da justiça e da governança. A noção de corporativo traz consigo a limitação do poder régio, que passa a ser compartilhado com outras instâncias e revela certa “autonomia político-jurídica dos magistrados e instituições” tanto no reino, quanto no ultramar (BICALHO, 2003, p. 344).

Esse novo olhar em direção aos estudos coloniais representou conceituação alternativa no estudo do Brasil como parte constitutiva do Império Ultramarino português, e não apenas um apêndice das ações da metrópole. Buscava-se, desta vez, compreender as marcas do jogo econômico, político e simbólico do Antigo Regime na sociedade colonial e escravista. A consideração do grande espaço ultramarino como identidade do Império não impediu que essa historiografia trouxesse o jogo de escalas como método de análise. Introduzia-se a noção de que a própria colônia não podia ser observada de modo homogêneo. As pequenas propriedades, a economia de abastecimento e os enclaves dominados por homens pobres encontraram lugar na nova reflexão historiográfica.

### 3. Tempos de mudança na capitania do Espírito Santo

Por meio do Decreto baixado pela Rainha Dona Maria I, em 27 de agosto de 1781, fora nomeado Ignácio João Monjardino para o posto de Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo (AUH – 007, cx. 05, doc. 380). Empossando-se apenas em 29 de

maio de 1782 (DAEMON, 1879, p. 189). De descendência italiana, Monjardino possuía formação em engenharia e prestara serviços à Sua Majestade como Tenente de Infantaria e Capitão Comandante da Fortaleza de São Francisco Xavier antes de assumir a governança da capitania espírito-santense. Essa autoridade representou “uma classe fidalga emergente, que buscava nos conhecimentos técnicos a desejada ascensão social” (CARVALHO, 2008, p. 38).

Foi o primeiro Comandante do Regimento de Infantaria de Milícias, por ele organizado em 1789, sob os desígnios do governador e capitão-general da Bahia, Dom Rodrigo José de Meneses e Castro (OLIVEIRA, 2008, p. 228). Com ele teve início o projeto de diversificação da produção agrícola com a distribuição de sementes para o cultivo de linho cânhamo. O fomento à ocupação do território da capitania também foi pauta em seu mandado, no qual se deparou com o entrave colocado pelos gentios bravos, levando a instalação do Quartel dos Coutins, no que viria a ser a vila de Linhares (DAEMON, 1879, p. 194).

Em conformidade com seus conhecimentos técnicos de engenheiro promoveu uma verdadeira expedição, de norte a sul da capitania, coletando dados que resultaram em um importante relatório enviado a Sua Alteza Real em julho de 1790. As informações fornecidas pelo capitão-mor se referiam à capitania como um todo, mas também, ressaltavam os aspectos peculiares de cada uma das cinco vilas existentes. Por meio desse relatório foi possível ter acesso aos dados sobre população, território, geografia, atividades econômicas, riquezas naturais, sociedade, assim como, os principais obstáculos e entraves ao pleno desenvolvimento da região. Não obstante os seus feitos, Monjardino fora enquadrado na linha das más autoridades, por seu caráter “autoritário e vingativo” (OLIVEIRA, 2008, p. 227).

A compreensão dos valiosos esforços encampados por essa autoridade, assim como sua postura autoritária frente à população da capitania passa pela sua nomeação. A escolha de Ignácio João Monjardino para ocupar o cargo que lhe fora designado representava uma política pública imperial portuguesa empreendida ao longo do século XVIII. Trabalhar com essas fontes requer um método que contribua para o diálogo entre o local e o global, uma vez que

[...] cada ator histórico participa de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto hiato, menos ainda oposição entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo e de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (REVEL, 2010, p. 28).

O reordenamento político-administrativo dos espaços coloniais estava inserido no contexto reformador que atravessou Portugal, e ganhou maior ênfase com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiro do Conselho Ultramarino, por decreto do rei Dom José I. Interessa-nos, no entanto, apenas as ações que incidiram na criação de novo aparato institucional e administrativo. A formação dos representantes do Estado passou a ser questão política. Para tanto, as reformas educacionais implantadas, denotam que o verdadeiro sentido de sua ação era instruir determinada conduta.

Os critérios de recrutamento para o exercício da vida pública passaram do nascimento apenas, para os qualificativos técnicos e morais, visto que o representante continuava a ser a extensão do poder do Rei. “Nesse sentido, o homem público projetado pelas reformas pombalinas do ensino revelava-se o homem das luzes passíveis de serem incorporados no Portugal setecentista” (SILVA, 2006, p. 79). A complexidade do contexto de reformas em Portugal reside no fato de que os mecanismos tradicionais do Antigo Regime se achavam aliados à moderna teoria política. Mesmo que visasse a uma transformação estrutural, Pombal não poderia prescindir de antigas composições, uma vez que suas reformas tinham como “finalidade última de reforçar os próprios fundamentos do Estado Absolutista” (SILVA, 2006, p. 53).

Essas mudanças levaram ao enquadramento do Espírito Santo aos interesses reformadores do Império português. Ganhando forma, contudo, apenas ao final do século XVIII, com a nomeação do ilustrado Ignácio João Monjardino. Apesar das desavenças entre Sebastião José de Carvalho e Melo e a Rainha Dona Maria I, a política de escolha dos governadores das capitanias brasileiras primando pelos qualificativos técnicos e morais, fora mantida por Sua Majestade Real. As novas diretrizes deveriam ser capazes, sobretudo, de preservar a ordem política e social vigente, do qual eles próprios faziam parte. As ações de Dom Rodrigo de Souza seja

como Ministro do Conselho Ultramarino ou como Secretário de Estado, competiram para a consolidação dessa política.

Importante figura dentro desse contexto, Dom Rodrigo de Souza, também conhecido como conde de Linhares, personificou a projeção do homem público idealizada pelo seu padrinho, o marquês de Pombal, com quem compartilhava “a defesa da monarquia portuguesa” (CARVALHO, 2008, p. 36). Português, originário da alta aristocracia, formara-se na Universidade de Coimbra e se lançara à carreira pública como diplomata, em 1777, ainda durante o reinado de Dom José I. Na percepção do conde de Linhares, a escolha de homens ilustrados para ocupar os postos de administração dos espaços coloniais, decorria da importância em promover debates acerca das instituições políticas, econômicas e sociais que circundavam o Império e seus domínios. Esses indivíduos partilhavam “uma mesma ilustração à portuguesa, que acabava por funcionar como um conjunto de mecanismos de controle que os regiam, propiciando assim, uma harmonia pacificadora [...] através da razão” (CARVALHO, 2008, p. 36-37).

Dessa forma, a nova administração implantada na capitania do Espírito Santo, a partir da escolha de pessoas ilustradas para o seu governo, ocorreu em decorrência de um reordenamento político promovido pelo Império português.

### **Que Deus guarde a vossa mercê**

#### **Um breve recuo na história:**

Para a apreensão das mudanças promovidas na capitania do Espírito Santo torna-se necessário um recuo maior em sua história. A partir de 1718, a capitania do Espírito Santo foi reintegrada à Coroa, passando de capitania hereditária para capitania real. Mediante a consulta favorável do Conselho Ultramarino em comprá-la do herdeiro, Cosme Rolim de Moura, “primo e cunhado do extinto” donatário Manuel Garcia Pimentel, filho de Francisco Gil de Araújo (OLIVEIRA, 2008, p. 195).

A compra da capitania representava o início do período de mudanças que fora empreendido pela Coroa portuguesa, ainda na primeira metade do século XVIII, com vistas à centralização política, a partir do governo de Dom João V. Conforme assevera Sampaio

A primeira metade do setecentos é, assim, marcada por uma clara atuação da coroa no sentido de reduzir a forte autonomia que marcou o comportamento das elites coloniais no século XVII. Seria exagerado, porém, falar num processo de centralização política. [...] O que se buscava era criar um contrapeso à influência da já enraizada nobreza da terra (SAMPAIO, 2007, p. 231).

Do ponto de vista político-administrativo, o pertencimento à Coroa não alterou sua estrutura. Fora mantida a nomeação de capitães-mores para sua administração que tinham sua autonomia restringida pela subordinação ao governo da Bahia, no que condiz aos assuntos políticos e judiciários. Essa dependência em relação à capitania vizinha que perdurou até 1811.

A diversificação de gêneros agrícolas na base produtiva capixaba era uma marca da estrutura de produção local, com os cultivos da mandioca, do açúcar, do milho e do arroz, além da pecuária bovina e do extrativismo vegetal, “tocado por mão-de-obra escrava crioula, com escravarias comumente menores que uma dezena de indivíduos” (CONDE, 2011, p. 117). A cultura do algodão destacava-se como principal ramo comercial, em que exportavam anualmente, o gênero descaroçado, seus panos e fios. Parte dessa produção era destinada às praças comerciais do Rio de Janeiro, Bahia, e às vezes, Pernambuco. A vila de Vitória, comarca e capital da capitania, funcionava como entreposto comercial ao estabelecer ligação com as vilas circunvizinhas existentes à época, como Vila de Nova Almeida, Vila do Espírito Santo, Vila de Guaraparim e a Vila de Benevente.

No que tange ao social, não se pode perder de vista que se tratava de uma sociedade do Antigo Regime, pautada por normas de comportamento e códigos de conduta que respeitavam a critérios como: amizade, parentesco, fidelidade, lealdade, honra, serviço. Dessa forma, o domínio era exercido não apenas pelo aparelho administrativo e a obediência, mas, sobretudo, pelos simbolismos que conformavam a representação que se tinha do mundo social e político, e conferiam a legitimidade necessária à ordem. Ainda que se conformasse na colônia uma realidade distinta em relação ao Império e seus outros domínios, essa realidade era resultado da partilha de um sistema cultural e simbólico comum às partes integrantes ao Império Ultramarino. Ao passo que foram utilizadas como forma de reproduzir na colônia as hierarquias de uma sociedade estamental.

### **As correspondências:**

Entre os anos de 1788 a 1799, passaram pelo governo os capitães-mores Ignácio João Mongeardino (1782-1797) e Manoel Fernandes da Silveira (1798-1800), este fora, inclusive, o último capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Entretanto, por decreto de 11 de novembro de 1797, fora nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, “um homem de conhecidas luzes e préstimo na pessoa do capitão de fragata Antônio Pires da Silva Pontes” (OLVEIRA, 2008, p. 231) tomando posse, entretanto, apenas em 1800.

Para o recorte proposto, de 1788 a 1799, constam 17 cartas ou 3,9% do universo total de 434 cartas que abrangem de 1770 a 1822. No entanto, 12 dessas correspondências ou 70,6% foram trocadas com Silva Pontes, antes de assumir o governo. A intenção de instruir o futuro governador é notória. Em correspondência recebida de Dom Rodrigo de Souza, este afirma que a partir de sua nomeação deve “receber nesta ocasião em officio separado varias ordens, e instruções sobre os diferentes objectos [sic] do Real Serviço” (APEES – Livro: 001, doc. 03).

O levantamento dessas informações possibilita observar o período entre 1798 a 1799 como momento de preparação para as mudanças, quando o interesse se dirigia para o reconhecimento das riquezas naturais e produções da região, no aumento da cultura, na utilidade desses empreendimentos e nas possibilidades que se abriam a partir do uso das ciências como recurso. Nesse período esteve à frente do governo o sargento-mor Manuel Fernandes da Silveira, em que foram enviadas dez cartas ou 58, 8% relativas à política econômica. Apenas uma, no entanto, teve como destinatário a autoridade em exercício. Tratava-se de officio em que o Ministro comunicava o recebimento das amostras de plantas. Todas as outras se destinavam ao futuro governador, Antonio Pires da Silva Pontes.

Na troca de correspondências entre Silva Pontes e o ministro do Conselho, Dom Rodrigo de Souza, foi possível perceber o interesse no reconhecimento das riquezas naturais e a utilização das ciências como parte de uma política a ser implementada na colônia. Em carta de 16 de julho de 1798, Dom Rodrigo de Souza baixa a seguinte instrução ao futuro governador

Sua Mag. He servida que V. M. mande recolher, acondicionar e remetter por conta da Real Fazenda para o Real Muzeu, não somente todos e quaisquer Produtos Naturaes, que forem próprios dessa capitania, ou vejam animaes, ou vegetaes, ou mineraes, mas também os mesmos produtos artificiaes,

que produz a industria dos homens, particularmente a dos Indios desse Destricto [...] (APEES, Livro 001, doc. 05)

Segundo o mesmo ministro o inventário das riquezas naturais e produções artesanais do gentio viriam a formar um Museu Nacional sobre a história da natureza. Ingênuo seria não pensar que interesses econômicos estavam por detrás desse reconhecimento. Era necessário conhecer o território para então poder explorá-lo e,

[...] o clima cultural e ideológico que envolveu a **Época das Luzes**, o desenvolvimento da ciência e da razão, a curiosidade pelos fenômenos da natureza, a consciência planetária e um certo olhar voltado para o exótico e o selvagem, que aguçou a curiosidade de cientistas e filósofos a respeito das sociedades não-europeias [...] A este movimento propriamente intelectual, somava-se o interesse das potências na exploração de mares e territórios ainda pouco conhecidos, dando origem às viagens de circunavegação, visando à descoberta e à exploração de novas possibilidades expansionistas e colonizadoras (BICALHO, 2003, p. 105)

Dentre o universo total de cartas que abrangem os anos de 1788 a 1812, pode-se conjecturar ser as últimas décadas do setecentos um período de preparação para a mudança. As cartas nos indicam que além da necessidade em reconhecer as riquezas naturais a fim de explorá-las, o fomento à diversificação da produção agrícola, como a introdução do cultivo de linha cânhamo (APEES, Livro 001, doc. 09) ou o interesse no aumento da cultura, com o envio de manuais que visam

[...] hum melhor methodo na cultura, e preparo das produçoens do Paiz.; fes que Sua Magestade tenha mandado imprimir huma colleção de instruçoens colligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil, e vantajozo entre as outras Naçoens, cujas colônias tem chegado a hum grão de prosperidade, que da bem há conhecer as utilidades que se seguirião se nos adoptassemos os mesmos princípios de Agricultura, e preparação dos gêneros que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses habitantes [...] (APEES, Livro 001, doc. 13)

Denotam o interesse da Coroa em promover um grande aumento da riqueza em seus domínios coloniais, expandindo seus interesses para além da exploração das riquezas minerais ou da agroexportação, o que demonstra as mudanças na visão de lucratividade da monarquia portuguesa, por meio da promoção de uma política econômica mercantilista e monopolista.

Outra importante recorrência nas cartas refere-se à subordinação ao governo da Bahia. Essa recorrência se dá por meio do intermédio do capitão-mor e governador da capitania vizinha, como porta-voz dos ministros e do rei. Ou seja, parte das correspondências despachadas e recebidas passava pelas mãos das autoridades

baianas. Não obstante, das 12 cartas recebidas por Silva Pontes nesse período, todas elas foram enviadas diretamente pelo remetente o ministro Dom Rodrigo de Souza. O que leva a conjecturar uma especial atenção na instrução do futuro governador.

A presença de projetos futuros como a abertura do rio doce à navegação e a civilização dos indígenas, ambos com duas recorrências cada, confirmam uma política com vistas à promoção do desenvolvimento econômico da região. A abertura do rio Doce à navegação aparecia como alternativa para promover um intercâmbio comercial com a capitania de Minas Gerais e serviria de entreposto entre essa capitania e o reino. Ao passo que a civilização dos indígenas se fazia necessário para uma maior ocupação do território da capitania, que se conforma à época, a uma estreita faixa litorânea, entre o mar e o sertão povoado pelo gentio bravo. Esses projetos futuros foram registrados nas correspondências recebidas por Silva Pontes, antes, porém, ainda em 1790, Monjardino asseverava sobre essas questões, tomando-as como obstáculos ao desenvolvimento da região.

Nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, tomou posse do governo em 29 de março de 1800. A escolha de um “homem de conhecidas luzes e préstimo” passou pelo “particular cuidado de reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores”, nas palavras do Príncipe Regente Dom João. Sua chegada à capitania marca a consolidação do reordenamento político-administrativo metropolitano. Silva Pontes era um legítimo representante da elite política e intelectual luso-brasileira, e simbolizava o poder metropolitano, nos dois lados do Atlântico, “foi um dos indivíduos que integraram essa elite preparada pelo Estado Português da segunda metade do século XVIII, atuando na rede de informações que se estendia até o território da colônia do Brasil” (ALMEIDA, 2007, p. 135). Por meio do contato com as cartas, a posse de Silva Pontes marca um novo tempo na nova capitania do Espírito Santo, sendo seu governo considerado como um tempo de mudanças na capitania do Espírito Santo no alvorecer do século XIX.

### **Algumas reflexões**

Difícil concluir uma questão que ainda carece de maiores estudos, uma vez que se trata de uma pesquisa em andamento. A intenção, entretanto, foi trazer aspectos pouco debatidos de uma região com um território fértil a ser explorado pelos historiadores, o passado colonial da capitania do Espírito Santo. Em vista dos avanços sobre as redes mercantis e escravistas presentes na capitania do Espírito Santo em fins do período colonial, graças à nova historiografia local, é possível indagar o papel das autoridades na recuperação econômica da região. Entre os anos de 1781 e 1821, a economia diversificada e pautada na comercialização de alimentos baseava-se, apesar dos altos preços, no emprego massivo da mão de obra escrava. O incremento dessas atividades, a partir da última década do Setecentos, despertou maior interesse da Monarquia portuguesa. Para um maior controle sobre os domínios coloniais, a monarquia portuguesa precisava conhecer o território para então explorá-lo. As décadas de 1780 e 1790 aparecem como momento de preparação. O reconhecimento da riqueza natural da região e o aumento da cultura surgem como possibilidades de aumentar a evasão de divisas para o reino e, por isso, ditaram a tônica das correspondências enviadas pelos Ministros. A consolidação do reordenamento imperial que configurou o momento de mudanças viria a acontecer no alvorecer do século XIX, por meio das ações do governador Silva Pontes, empossado em 1800.

## Referências

### Fonte

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Correspondências e Atos do Príncipe Regente, livro 001, 1770 a 1812.

### Bibliografia de apoio

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos.

América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 2.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDIM, Pedro. **O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Braganças**. *Hispania*, v. LXIV/1, n. 216, 2004, p. 117-156. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es>> Acessado em 25 de fevereiro de 2015.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CONDE, Bruno Santos. **Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

\_\_\_\_\_. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. 5.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: APEES, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010, p. 434 – 445.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. FRAGOSO, João Luís Ribeiro;

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 4.

SCHWARTZ, Stuart. **Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial**: uma resenha coletiva. Economia e Sociedade, n. 13, Campinas, 1999, p. 129-153.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. A formação do homem público no Portugal setecentista. In: \_\_\_\_\_. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.